



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## INDICAÇÃO CME/CC Nº 04/2022

Complementa a INDICAÇÃO Nº. 01/ 2017-  
CME/CC sugerindo um novo Roteiro para os  
Regimentos Escolares

O Conselho **Municipal de Educação de Capão da Canoa**, no uso de suas atribuições, juntamente com o pedagógico da Secretaria Municipal de Educação com a colaboração de supervisores da Rede Municipal de Ensino estudou e elaborou um novo roteiro como sugestão para os Regimentos escolares.

O presente documento, embasado na legislação vigente, tem como objetivo apresentar sugestões de elementos que possam auxiliar as escolas pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Capão da Canoa na orientação quando da construção e/ou revisão do Regimento Escolar com vistas ao atendimento as normas específicas deste Sistema.

O Regimento Escolar é um documento obrigatório e de caráter legal para as instituições de ensino público e privadas que define os compromissos e as responsabilidades de toda a comunidade escolar, bem como, as condições legais e institucionais para a efetivação do Projeto Político Pedagógico, buscando a concretização de uma educação inclusiva e com qualidade social, funcionando como um manual orientador para toda a comunidade escolar, norteando, por meio de diretrizes, as regras da instituição, devendo ser um manual prático da rotina escolar, refletindo aspectos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Municipal Comum Curricular do Território de Capão da Canoa (RMCC), devendo assim apresentar teor único e personalizado, adaptado à realidade da gestão escolar e estruturado de acordo com ações em prol da educação e do coletivo escolar.

Quando construído de maneira ideal, o Regimento Escolar se torna útil e deve fazer a diferença em benefício dos alunos, professores e de toda a escola, fortalecendo assim as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



relações entre escola e família pois é uma iniciativa que precisa ser pensada pela e para a comunidade escolar.

Com base no exposto foi elaborado o roteiro a seguir, que deve ser seguido de acordo com a realidade de cada escola.

Capão da Canoa, 10 de agosto de 2022.

Comissão Mista:

Ana Maria Zanella  
Belmiro Ernildo Macagnan  
Etelvina Maria Borges Rodrigues  
Janaina Ronzani Salvador  
Josiane Corrêa Barcela  
Genifer Fabiana Lopes Santos  
Ludiere Aparecida Martins Rodrigues  
Mara Rozane Paixão Miranda  
Márcia Viviane Leite de Matos  
Mônica Grazielle Marquet  
Patrícia dos Santos Oliveira da Silva

Rita de Cássia Reis de Souza  
Presidente



## **MODELO PARA REGIMENTO ESCOLAR**

**O REGIMENTO ESCOLAR APRESENTADO ABAIXO É UM MODELO, SENDO QUE AO ELABORAR O DA ESCOLA, DEVE SE OBSERVAR AS CARACTERÍSTICAS DE CADA COMUNIDADE. CONFORME A REALIDADE DE CADA ESCOLA, TALVEZ MUITOS ITENS NÃO SERÃO NECESSÁRIOS, NESTE CASO NÃO CITAR E SEGUIR A ORDEM CONFORME NUMERAÇÃO, MUDANDO ASSIM A ORDEM APRESENTADA NESTE MODELO.**

**As informações com recuo de parágrafo são textos elaborados para facilitar o entendimento e a compreensão.**

### **1 - ORIENTAÇÕES GERAIS**

1.1 Parâmetros mínimos da redação e apresentação do Regimento Escolar Para redação e formatação do Regimento Escolar, sugerem-se os seguintes parâmetros de organização e apresentação:

- ✓ Usar verbos no tempo presente do indicativo;
- ✓ Seguir princípios de ordenação e agrupamento dos assuntos;
- ✓ Utilizar a mesma fonte em todo o documento, sendo sugerido fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12;
- ✓ Usar espaçamento de linha 1,5cm, com margens superior e esquerda de 3 cm e margens inferior e direita de 2 cm, não deixando grandes espaços em branco (meia página, 1/3 de página) como também, o “título” numa página e o texto com o conteúdo referente ao mesmo na página seguinte;
- ✓ Pagar o documento, de acordo com normas ABNT;
- ✓ Atentar à coerência, tanto nos aspectos de gestão quanto nos aspectos pedagógicos;
- ✓ Revisar a redação final do documento para possíveis correções;



**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- ✓ Observar ainda orientações/sugestões da Mantenedora quando houver;
- ✓ Utilizar normas da ABNT quando de citações dentro do texto, como também na relação das Referências utilizadas.
- ✓ Na numeração dos Artigos até nove, empregam-se numerais ordinais; de dez em diante, cardinais. **Exemplos:** art. 1º, art. 9º, art. 10, art. 28

## **ORIENTAÇÃO PARA O ROTEIRO SUGERIDO**

### **Folha de identificação da Escola:**

Nome da escola, endereço completo, telefone, e-mail, atos Legais, entidade mantenedora, etapas oferecidas, número de alunos, nº de profissionais, horário de funcionamento, direção e vice direção.

### **Sumário:**

O sumário é a enumeração das divisões, seções, capítulos e outras partes do trabalho, seguindo a mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede. A construção do sumário é uma das últimas tarefas a serem feitas no trabalho.

Paginar todo o documento, aplicando em todas as folhas o nº da página na parte superior ou inferior no canto direito da folha, com exceção da capa e sumário, embora as mesmas sejam contadas. O sumário deve iniciar em nova página.

### **Mensagem:** Opcional

## **1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

### **1.1 - Da mantenedora (quando houver)**

Nome da mantenedora, CNPJ, Endereço completo (nome da rua/ avenida, número, bairro, cidade, CEP, telefone, E-mail).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## **2-DADOS DO ESTABELECIMENTO**

2.1 Nome da instituição de ensino, CNPJ, Endereço completo (nome da rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, telefone, E-mail).

2.2 Localização: indicar se é zona urbana ou rural e acrescentar alguns dados de acesso.

2.3 Data e Lei de criação da Instituição Educacional

2.4 Parecer de Credenciamento e Autorização de Funcionamento do Conselho Municipal de Educação (Citar número e data)

2.5 Turno de funcionamento

2.6 Níveis de ensino ofertado

2.8 Etapas, fase e modalidades de ensino/programas do governo do estado e do governo federal.

2.9 Diretor(a)

2.10 Vice diretor(a)

2.11 Supervisor(a)

2.11 Orientador(a)

## **3 - FILOSOFIA**

Discorrer sobre como se apresentam aspectos filosóficos da escola ao que se refere: concepção da sociedade, de home, de educação e de formação humana.

## **4- OBJETIVOS**

4.1 Geral da escola

4.2 Da Educação Infantil

Considerar os eixos estruturantes da Educação Infantil conforme Base Nacional Comum Curricular, Referencial Comum Curricular do Território de Capão da Canoa - RMCC e Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.

A partir dos eixos estruturantes da educação infantil, que são as interações e as brincadeiras, a Base estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.

Por sua vez, estes direitos estão inseridos em campos de experiências por meio dos quais as crianças devem aprender e se desenvolver: O Eu, o outros e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Cada campo de experiências possui objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que contém o que a criança deve dominar ao fim do ciclo da educação infantil. Os objetivos de aprendizagem estão organizados em três grupos de faixas etárias: 0 a 1 ano e 6 meses; 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; 4 anos a 5 anos e 11 meses.

O desenvolvimento destes cinco campos de experiências preconizados pela BNCC para a Educação Infantil servirá como apoio na transformação das crianças em adultos seguros, sensíveis, perspicazes e com grande autonomia e desenvolvimento de inteligência emocional e cognitiva. (Opcional, a escola poderá discorrer de acordo com suas concepções)

Segundo a LDB, artigo 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Artigo 31. (citar) Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

#### 4.3 Do Ensino Fundamental

Considerar a Base Nacional Comum Curricular, Referencial Comum Curricular do Território de Capão da Canoa – RMCC e Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.

Conforme a LDB, artigo 32, os objetivos escolares que devem ser atingidos pelos alunos até o final do ensino fundamental são os seguintes:

- Assegurar a todas as crianças e adolescentes, um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.
- Desenvolvimento da sua capacidade de aprendizagem (escrita, leitura e cálculo).
- Percepção dos valores que formam a sociedade: ambiente social, artes, tecnologia e sistema político.
- Compreensão da importância de solidariedade, tolerância e vínculos familiares como bases essenciais para a sociedade

#### 4.4 Da Educação Especial

Discorrer das concepções e realidade da escola com base nas legislações. Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Art. 58 e 59.

- (LDB) Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais.

#### 4.4.1. – Escola Especial

Parecer nº 17/2001-Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

#### 4.5 Da Educação de Jovens e Adultos – EJA

- Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. – Art. 37
- Proporcionar o acesso à educação e à capacitação às pessoas que, por diversos motivos, não concluíram a Educação Básica na idade certa.
- Resolução MEC/CNE/CEB nº 01 de 28 de maio de 2021, LDB art. 37
- Resolução CEE/RS 362/ 2021
- Resolução CEE/RS 343/2018
- Pareceres e Resoluções do Conselho Municipal de Educação.

#### 4.6 Do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NEJA

- Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.
- Pareceres e Resoluções do Conselho Municipal de Educação.

## 5 – ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

### 5.1 Da organização Administrativa e Pedagógica

A gestão administrativa e pedagógica da escola compreende todas as atividades teórico práticas desenvolvidas pelos profissionais em exercício nesta escola, para a efetivação do processo educativo escolar.

#### 5.1 Da equipe diretiva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



A equipe diretiva será exercida pelo diretor e vice-diretor. Os integrantes da equipe diretiva devem primar pelo diálogo permanente, pela transparência de atitudes, pela postura aberta, dinâmica e flexível com toda a comunidade escolar, a fim de buscar a concretização da proposta de gestão, mantendo a unidade de trabalho por meio do alinhamento conceitual, procedimental e atitudinal.

- Atribuições do diretor e vice-diretor (em conformidade com Lei 030, art.62/2011).

### **5.1.1 Das atribuições do diretor**

O diretor é a pessoa que representa legalmente a Escola e tem a seu encargo a administração do estabelecimento, dirigindo e supervisionando todas as atividades realizadas, respeitadas as disposições legais.

\*\*\*Consultar a Lei Complementar nº 030/2011 – Estabelece o Plano de Carreira, a remuneração do Magistério Público do Município de Capão da Canoa, Institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

### **5.1.2 Das atribuições do vice-diretor**

Dirige o estabelecimento de ensino juntamente com o Diretor, planejando, organizando e coordenando na execução dos programas de ensino e os serviços administrativos, para possibilitar o desempenho das atividades docentes, discentes e auxiliar na administração escolar, representando o diretor na sua ausência ou impedimento.

\*\*\*Consultar a Lei Complementar nº 030/2011 – Estabelece o Plano de Carreira, a remuneração do Magistério Público do Município de Capão da Canoa, Institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

## **5.2 DA EQUIPE PEDAGÓGICA**

### **5.2.1 Das atribuições do Supervisor Escolar**

Consultar a Lei nº 9394/1996 e as leis que norteiam a educação no município com a síntese de atribuições de cargos





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



quando servidor público - . LEI MUNICIPAL Nº 3.392, DE 24/05/2019 DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO, CARGOS EM EXTINÇÃO, CARGOS EM COMISSÃO, FUNÇÕES GRATIFICADAS E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

E Lei Complementar nº 030/2011 – Estabelece o Plano de Carreira, a remuneração do Magistério Público do Município de Capão da Canoa, Institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

### **5.2.2 Das atribuições do Orientador Educacional**

Consultar a Lei nº 9394/1996 e as leis que norteiam a educação no município com a síntese de atribuições de cargos quando servidor público - . LEI MUNICIPAL Nº 3.392, DE 24/05/2019 DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO, CARGOS EM EXTINÇÃO, CARGOS EM COMISSÃO, FUNÇÕES GRATIFICADAS E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS e Lei Complementar nº 030/2011 – Estabelece o Plano de Carreira, a remuneração do Magistério Público do Município de Capão da Canoa, Institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

### **5.3 Do corpo docente**

O corpo docente são os professores da escola, designados para atuar neste estabelecimento de ensino, habilitados e exercendo suas funções na forma da lei em vigência, de acordo com o concurso prestado e a respectiva titulação (Rede Municipal).

Atribuições do professor (conforme para a Lei Municipal nº 3392/2019).

#### **5.4.1 Das atribuições do professor(a)**

Observar a Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação - (Art. 13).

Consultar a Lei nº 9394/1996 e as leis que norteiam a educação no município com a síntese de atribuições de cargos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



quando servidor público - . LEI MUNICIPAL Nº 3.392, DE 24/05/2019 DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO, CARGOS EM EXTINÇÃO, CARGOS EM COMISSÃO, FUNÇÕES GRATIFICADAS E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS e LEI COMPLEMENTAR Nº 030, DE 13/10/2011 ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA, A REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA, INSTITUI O RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS E FUNÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS e Lei Complementar nº 030/2011 – Estabelece o Plano de Carreira, a remuneração do Magistério Público do Município de Capão da Canoa, Institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências.

#### **5.4 Regras e normas do ambiente escolar**

Neste item pode-se colocar normas quanto ao vestuário ser adequado ao ambiente de trabalho, bem como regras e deveres, tanto de alunos quanto de professores e funcionários.

Também pode-se estipular as formas de cumprimento da hora atividade, cuidando para que não ocorra divergência com a legislação vigente.

#### **5.5 Dos serviços de Apoio**

Os Serviços de Apoio na Escola, são espaços de aprendizagem e convivência, organizados para instrumentalizar e qualificar o trabalho pedagógico.

Cita-se: sala de leitura, biblioteca, auditório, ginásio, laboratórios – especificar como funcionam e quais regras (se houver) do uso e/ou acesso ao local. Neste item cuidar as escolas que possuem espaços que podem ser cedidos ou alugados, como ginásios. Neste caso citar regras de uso e/ou aluguel.

#### **5.6 A Biblioteca Escolar (BE) (Quando existir o espaço)**

**É parte integral do processo educativo, é essencial a qualquer tipo de estratégia continuada no que trata das competências: da leitura e**



**escrita, do uso da informação, do ensino e aprendizagem, do desenvolvimento econômico, social e cultural dos alunos.**

O Manifesto para Biblioteca Escolar IFLA/UNESCO (2000) salienta que: a BE habilita os estudantes à aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis, oferecendo-lhes a possibilidade de tornarem-se pensadores críticos e efetivos usuários da informação em todos os formatos e meios.

O objetivo geral do BE é promover serviços de apoio à aprendizagem integrados aos projetos pedagógicos da escola, com enfoque principal no atendimento da comunidade escolar, prestando serviços com qualidade.

Conforme a Lei nº12244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas, determina que todas as escolas tenham biblioteca devidamente equipada, com acervo que deverá ser ampliado e atualizado frequentemente pela mantenedora. Determina também que siga orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento respeitando a profissão do(a) bibliotecário(a). O Rede Municipal de Ensino de Capão da Canoa possui a Coordenação de Bibliotecas Escolares na Secretaria Municipal da Educação que desempenha a função de orientar, supervisionar e integrar as bibliotecas das escolas municipais, além de contribuir nos projetos que envolvem a leitura e o uso das bibliotecas integrando-as como parte do processo pedagógico das escolas.

#### 5.6.1 Quanto ao espaço físico da BE:

A BE deve funcionar em sala exclusiva, deve ser um local de fácil acesso, de preferência perto de passagem obrigatória de professores e alunos, de tamanho adequado para receber simultaneamente, no mínimo, uma turma de alunos e demais setores. O ambiente da biblioteca deve transmitir uma atmosfera acolhedora, amigável, alegre, que atraia o leitor e o convide a permanecer nela, permitindo a concentração.

Deve também dispor de espaços para os seguintes setores:

- a) setor de leitura e consulta (individual e em grupo), no qual seja disponibilizado os catálogos ou computador com acesso a base de dados para consulta do material constante no acervo;
- b) setor de atendimento - controle de empréstimo, a seção de periódicos (jornais e revistas) e a seção de referências (material bibliográfico destinado a consultas: enciclopédias, dicionários, atlas, etc.);
- c) acervo de livros (estantes), prevendo espaço entre as estantes para o livre acesso dos usuários;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- d) setor de preparação, reservado à administração da biblioteca, em que são executados os serviços técnicos e que também poderá servir de almoxarifado de material pertinente;
- e) acesso a computadores para consulta e pesquisa e
- f) espaço para contação de histórias.

Todos esses setores devem ser mobiliados e equipados a ponto de assegurar a eficiência dos serviços e um mínimo de conforto aos usuários de acordo com sua faixa etária.

#### 5.6.2 Quanto ao acervo da BE

Deve possuir acervo organizado, diversificado em variedade de títulos, formatos e meios, atualizado e de quantidade significativa para o atendimento dos alunos e professores.

#### 5.6.3 Quanto aos serviços da BE

A BE deverá oferecer, no mínimo, serviços de:

- a) consulta local,
- b) empréstimo domiciliar,
- c) atividades de incentivo à leitura e
- d) orientação à pesquisa.

A BE não deve ser um espaço de simples armazenamento do acervo de livros, e não deve 5 pedagógicas que podem ser desempenhadas neste setor da escola, sempre respeitando a organização e uso desse setor conforme seu regulamento.

Devem ser prioridades: a preocupação com a dinamização e disponibilização da informação, com o incentivo à leitura em todas as idades, com a orientação direcionada a autonomia do cidadão para a localização e utilização da informação que necessita.

É essencial o cumprimento dos seguintes objetivos:

- a) apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos no PPP e demais documentos orientadores da escola;
- b) desenvolver e manter nos alunos o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- c) oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, à imaginação e ao entretenimento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- d) apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- e) prover acesso aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os estudantes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- f) incentivar a tomada de consciência cultural e social;
- g) trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final dos objetivos da escola;
- h) difundir que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- i) promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor.

### **5.7 Do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido na Sala de Recursos Multifuncional deve estar articulado ao processo de escolarização, constituindo-se oferta obrigatória nas diferentes etapas da educação e se organiza no conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação das crianças da Educação Especial, disponibilizando meios para o acesso ao currículo, proporcionando a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia na escola e fora dela, com o objetivo de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação das crianças da educação infantil e dos estudantes do ensino fundamental, considerando as suas necessidades específicas.

A criança/estudante deve estar matriculada (o) no ensino regular para ter acesso à matrícula no AEE, e o atendimento preferencialmente no contraturno escolar.

O AEE deve ser oferecido as crianças/estudante na ou de instituições conveniadas com o Poder Público Municipal.

Discorrer sobre as concepções e realidade da escola com base na legislação vigente.

**AEE** – Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Institui Diretrizes Operacionais para o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial – Art. 2º, 3º e Art. 10.

Discorrer das concepções e realidade da escola com base nas legislações.

AEE (RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009)

Art. 2º O AEE tem como função **complementar ou suplementar** a formação do aluno por meio da disponibilização de **serviços, recursos de acessibilidade e estratégias** que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – **redes de apoio** no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



### **5.7.1 – Definição do serviço**

Resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial – Art. 5º e 8º.

#### **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009-**

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios

Art. 8º Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

### **5.7.2 – Definição do público alvo**

**DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011** - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011 -§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

### **5.7.3 – Organização do tempo, espaço e tipo de atendimento**

**5.7.4 – Do fluxo** – identificação dos alunos com novos encaminhamentos.

**5.7.5 – Organização da estrutura dos serviços de apoio** – Como deverá se estabelecer a relação de suporte e orientação entre o educador especial e o professor titular e participação nos conselhos de classe.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



### 5.7.6 - Do Plano do AEE

Resolução de nº4, de 2 de outubro de 2009, Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Sinalizando todas as organizações do AEE: Tempo, tipo, espaço, suporte, especificidades, adequações para acessibilidade de acesso, mobilidade, permanência, adaptações.

Do plano de AEE: Deve apresentar a organização da proposta educacional para o aluno, definindo a estruturação dos atendimentos no AEE. Forma/ espaço/organização do tempo, tipo e espaço dos atendimentos; suportes necessários, tempo de colaboração e planejamento com os professores do ensino regular; (Elaborado pelo prof. AEE) Prever a avaliação do plano de 3 em 3 meses.

### 5.7.7 - Plano Educacional Individualizado (AEE e Classe Comum)

Construído de forma colaborativa, a partir de discussões dos profissionais envolvidos no processo educacional, a partir da identificação das características, singularidades, habilidades e barreiras contextuais específicas para cada aluno (atitudinais, comunicacionais e informativas, arquitetônicas, estruturais, tecnológicas)LBI nº 13.146/15. Deve prever a sistematização das ações para o desenvolvimento dos alunos, serviços de suporte, estratégias de suporte, objetivos para o ano letivo bem como a rede de suporte para efetivação do processo escolar, definição das estratégias de adaptação ao espaço escolar, tempo de permanência, acessibilidade (flexibilizações)(Elaborado por equipe pedagógica dos profissionais envolvidos no processo educativo- professor AEE, professor da classe regular, orientação, supervisão). Prever a avaliação do plano de 3 em 3 meses. É um documento que trata da acessibilidade escolar do aluno na classe regular e nos demais ambientes da escola.

### 5.7.8 – Parecer Descritivo do AEE

Descrever como ocorre na escola.

A elaboração do parecer do AEE deve-se atentar para as relações contextuais do processo educativo, constituindo-se de forma que apresente





os objetivos estabelecidos para o momento educacional, o parecer deve descrever os processos do aluno, as habilidades e dificuldades, os desafios, as formas de mediar os conflitos, de forma que ao ler o documento consiga-se “ver” o aluno em suas singularidades.

O processo da elaboração do parecer deve servir como um momento de avaliação, também da prática pedagógica e profissional do professor de educação especial, visto que esse momento serve de reflexão sobre os recursos, estratégias utilizadas frente às barreiras apresentadas pelo aluno e sua progressiva superação destas.

### **5.7.9 Das especificidades de atendimento**

Prever as especificidades por deficiência e a necessidade de diferentes espaços e modalidades de atuação (surdos e cegos).

#### **5.7.10 Profissionais da escola**

Definição e atribuições de cada cargo atentando para a Lei Municipal nº 3392/2019:

5.7.10.1 Do atendente;

5.7.10.2 Do monitor;

5.7.10.3 Do auxiliar de Educação infantil;

5.7.10.4 Do auxiliar de educação especial;

5.7.10.5 Do auxiliar de disciplina

5.7.10.6 Do Auxiliar de biblioteca

Deve possuir auxiliar de biblioteca, servidor responsável pelo local desempenhando as atribuições determinadas Lei Municipal nº 3.529, de 09/07/2020 que altera a síntese das atribuições do cargo de auxiliar de biblioteca, do anexo I, da Lei nº 3.392 de 24 de maio de 2019. Dependendo do número de alunos da escola, deve ser ampliado o número de auxiliares de biblioteca para o atendimento e prestação de serviços de qualidade.

5 .7.10.7 Da merendeira

5.7.10.8 Do agente de apoio na área alimentar

5.7.10.9 Da faxineira

5.7.10.10 Do secretário de escola



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## **5.8 - DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR**

### **5.8.1 Do Conselho Escolar**

O Conselho Escolar, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria Municipal da Educação.

### **5.8.2 Do Círculo de Pais e Mestres - CPM**

Círculo de Pais e Mestres das escolas tem por objetivo integrar a comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente e auto sustentável do processo educativo.

## **6- ESTRUTURA CURRICULAR E FUNCIONAMENTO**

### **6.1 Regime Escolar**

#### **6.1.1 Do atendimento**

**a) Educação Infantil** – A Educação Infantil compreende a primeira etapa da educação básica com atendimento de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade.

Conforme a BNCC: Bebês de zero a 1 ano e 6 meses, Crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses

**b) Ensino Fundamental** – Compreende a etapa do 1º ao 9º ano, sendo importante o cumprimento da data corte de 6 (seis) anos até o dia 31 de março do ano vigente. Compreende-se Anos Iniciais do 1º ao 5º ano com ensino unidocente e Professor itinerante e Anos Finais do 6º ao 9º ano com ensino por componente curricular ministrada por professor específico da área de conhecimento.

Nos anos iniciais também terá o professor itinerante para atendimento das turmas nos dias de hora atividade do professor titular.

#### **c) Atendimento Educacional Especializado –**

- Realizado pelo professor de Educação especial;
- Serviço complementar ou suplementar, que deve ocorrer de forma transversal a todos os níveis e etapas do ensino, não sendo considerado reforço educacional.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- Deve ocorrer nos diversos espaços da escola incluindo: sala de recursos multifuncionais (SRM), sala de aula regular, reuniões pedagógicas, porém nunca de forma substitutiva à educação regular. No contraturno para atendimentos individuais;
- Atendendo o público-alvo da educação especial;
- Deve ser orientado pelo Plano do AEE(SR) e pelo PEI(classe comum);

**d) Educação de Jovens e Adultos/ EJA – EJA - Presencial – maiores de 15 anos**

Destinado aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria. Deve ser ofertado de forma gratuita aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Compreende duas etapas:

- 1) 1º segmento- Corresponde ao Ensino Fundamental Anos Iniciais, ofertado de forma presencial, ensino por componente curricular ministrada por professor específico da área de conhecimento, com idade mínima de 15 anos.
  - 2) 2º segmento - - Corresponde ao Ensino Fundamental Anos Finais, ofertado de forma presencial, ensino por componente curricular ministrada por professor específico da área de conhecimento, com idade mínima de 18- 15 anos.
- e) Núcleo de Educação de Jovens e Adultos/NEJA- se dará da seguinte forma:
1. Estudos em casa conforme listagem de conteúdos fornecidos pela escola e ou apostilas;
  2. Aulão presencial para revisão dos conteúdos (não sendo obrigatório);
  3. Prova Presencial- para as disciplinas das quais o aluno foi matriculado.

**e) Núcleo de Educação de Jovens e Adultos/ NEJA – Ensino Fundamental – Ofertado de forma semipresencial com idade mínima de 18 anos completos.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## 6.1.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 6.1.2.1 Etapa da Educação Infantil

Seguir legislação vigente e Pareceres e Resoluções do Conselho Municipal de Educação normatizando o Sistema Municipal de Ensino quanto a agrupamentos de alunos em turmas.

Resolução CME/CC 002/2021

- a) bebês (discorrer sobre)
- b) crianças bem pequenas
- c) crianças pequenas

### 6.1.2.2 Etapa do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais.

Seguir legislação vigente e Pareceres e Resoluções do Conselho Municipal de Educação normatizando o Sistema Municipal de Ensino quanto a agrupamentos de alunos em turmas.

### 6.1.2.3 Educação de Jovens e Adultos – EJA e NEJA

### 6.1.2.4 Educação Especial perpassa todas as etapas de ensino.

Especificar quais as modalidades que a escola atende e suas especificidades.

### 6.1.2.5 Da correção de fluxo e/ou idade série – Acelerações

A Correção de Fluxo deve ser um projeto elaborado pela escola quando há necessidade de corrigir a defasagem entre idade e série dos alunos e garantir a aprendizagem. O objetivo da correção é acabar com a distorção idade-série, considerada um dos maiores problemas enfrentados na educação pública brasileira, sendo uma estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para os alunos defasados, em no mínimo dois anos de atraso escolar.

Conforme orientações da legislação vigente - Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação - (Alínea "b", Inciso V, Art. 24) e normativas do Sistema Municipal de Ensino e mantenedora.

- Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Educação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## 6.2 DOS FORMATOS DE ENSINO

6.13.2 Ensino Presencial

6.13.3 Ensino Híbrido

6.2.3 Ensino Remoto

\*\*\*Neste item pode-se consultar o PLANO DE TRABALHO E ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL do ano vigente elaborado pela Secretaria Municipal de Educação. Deve haver a previsão destes formatos de ensino a fim de evitar futuros adendos ao regimento.

## 6.3 DA CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A constituição das turmas e o horário de funcionamento é estipulado conforme orientações da Mantenedora nas escolas da rede municipal e conveniadas, seguindo os Pareceres e Resoluções do Conselho Municipal de Educação elaborados a partir das normativas estaduais e nacionais.

Cada escola deverá descrever como acontece essa organização atentando para o Parecer CME/CC nº 35/2021 ( ensino fundamental) e Resolução no 02/2021 ( educação infantil) do CME, Parecer CNE/CEB 4/2010 art. 20.

Prevendo as matrículas de alunos público-alvo da educação especial, efetivadas com a presença de Parecer Pedagógico ou laudo clínico, como também alunos com identificação posterior e encaminhamento para observação do AEE.

## 6.4 Da Matrícula

A matrícula é o ato formal que vincula o aluno à Escola. O processo da matrícula obedece às normas expedidas pela mantenedora.

A escola disponibiliza matrícula respeitada a capacidade física da escola, das turmas e espaço físico por criança/estudante, conforme legislação vigente.

Estabelecer claramente as normas que a escola adota para efetuar a matrícula de seus alunos. Observar a legislação vigente e data corte.

O período de matrícula ou sua renovação ( rematrícula) é determinado e divulgado anualmente pela Secretaria da Educação, através da imprensa local e redes sociais oficiais, sempre obedecendo a legislação que determina como data de referência ( data corte) completar, até 31 de março, a idade de :

- 4 anos para Pré I - Educação Infantil;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 5 anos para Pré II- Educação Infantil;
- 6 anos para 1º ano - Ensino Fundamental

Para realizar a matrícula, os responsáveis devem apresentar cópia da documentação necessária, conforme segue:

- Certidão de nascimento ou Carteira de identidade;
- Cartão SUS atualizado;
- Carteira de vacina para as matrículas na Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental; (comprovante vacinal)
- Foto 3X4;
- Histórico escolar em duas (02) vias originais ( os responsáveis terão 30 dias para apresentá-lo a contar da data da matrícula), inclusive para alunos vindos da Educação Infantil ( Pré 1 e 2);
- Atestado de transferência;
- Laudo ou diagnóstico com CID para alunos público-alvo da educação especial. (Deixando os responsáveis cientes que a omissão desses documentos dificulta a efetivação de suportes para os alunos, bem como a possibilidade de disponibilização de recursos humanos, quando necessário, de forma tardia ou ano subsequente.

No ato da matrícula, o responsável deverá assinar formulário de matrícula autorizando o Ensino Religioso e Educação Física, uso de imagem bem como as normas de convivência escolar (essa elaborada pela escola).

No caso de aluno sem histórico escolar, a escola deverá classificá-lo por meio de instrumento de avaliação elaborado por professores e equipe pedagógica, situando-o em um ano de acordo com sua aprendizagem.

### **6.5 Da Rematrícula**

É automática porém os pais e/ou responsáveis pelo aluno devem comparecer a escola para assinatura e atualização dos dados cadastrais na data estipulada pela mantenedora e/ou escola

No caso do não comparecimento dos pais ou responsáveis para rematrícula, o aluno permanece matriculado sem prejuízo para o mesmo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## 6.6 Da Transferência

A transferência é concedida a qualquer época do ano mediante atestado de vaga. Aos alunos que solicitarem transferência, a escola emite guia de transferência e/ou Parecer Descritivo do aluno referente ao período cursado, bem como duas vias do Histórico Escolar, quando ao final de curso.

Em caso de dúvida quanto à interpretação dos documentos, a escola de destino deverá solicitar à de origem, antes de efetivar a matrícula, os elementos indispensáveis ao seu julgamento e, caso a dúvida persistir, buscar orientações junto a secretaria da escola.

- A escola pode conceder transferência mediante recebimento de atestado de vaga da escola pretendida, bem como receber aluno de outra instituição a qualquer época do ano letivo, porém o aluno recebido por transferência no final do semestre, no caso dos pré-escolares e anos iniciais e trimestre nos anos finais, deverá apresentar junto a documentação necessária para a matrícula os resultados das avaliações da escola de origem que poderão ser enviados por e-mail. No caso de não apresentar avaliações anteriores, o professor deverá realizar sondagem, seguida de avaliação.

## 6.7 Da Frequência

O controle de frequência do(a) aluno(a) é feito diariamente através de registro no sistema de gestão adotado pela mantenedora e/ou no caso de escolas particulares através de chamadas sendo estas discriminadas por turno, mesmo que a turma seja integral (manhã e tarde).

A infrequência do aluno(a) deve ser informada pelo professor(a) ao Orientador(a) Educacional da instituição de ensino para averiguação a fim de seguir o fluxo da Busca Ativa Escolar.

A frequência mínima exigida é de setenta e cinco por cento (75%) do total das horas trabalhadas, conforme legislação vigente, a partir da data da matrícula, salvo transferência de outro estabelecimento de ensino.

## 6.8 Da Busca Ativa Escolar

A Busca Ativa é uma estratégia de combate a infrequência e evasão escolar em uma estratégia conjunta das políticas públicas sociais, que se propõem o mapeamento e a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



busca de crianças e adolescentes infreqüentes ou evadidos e acolhê-los na escola, criando um ambiente de pertencimento e produção de sentido, o0 que requer a recuperação das aprendizagens, além de enfrentamento de outras causas de exclusão escolar.

O Acordo de Cooperação Interinstitucional para fins da Busca Ativa Escolar e da Recuperação de Aprendizagens no Contexto da Pandemia da Covid-19 elaborado pelo MP/RS demonstra o objetivo de estabelecer estratégias para retorno e permanência de crianças e adolescentes na escola.

Acordo de Cooperação Interinstitucional de 17 de fevereiro de 2022 (acesso)[https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/busca\\_ativa/busca\\_ativa\\_acordo\\_cooperacao\\_interinstitucional.pdf](https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/busca_ativa/busca_ativa_acordo_cooperacao_interinstitucional.pdf)

Esse movimento parte de diretrizes dadas no início do ano letivo pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com orientações do Ministério Público Estadual e Legislações vigentes, as quais podem sofrer alterações periodicamente devido à necessidade de adequação em virtude de eventos adversos como pandemia e fenômenos climáticos. As diretrizes serão dadas no início de cada ano letivo, através de Ofício específico sobre a demanda da Busca Ativa, contendo fluxograma das etapas obrigatórias a serem realizadas.

## **6.9 Dos Estudos Compensatórios**

Conforme orientações da legislação vigente e PARECER CME/ CC Nº 13 /2011 que *Dispõe sobre a aplicabilidade de Estudos Compensatórios de Infrequência no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Capão da Canoa.*

## **6.10 Dos Estudos Domiciliares**

Conforme legislação vigente

## **6.11 Do Calendário Escolar**

O calendário escolar deve atender a legislação vigente. No caso das escolas da Rede Municipal, a Mantenedora apresenta às escolas uma proposta de Calendário para o ano letivo. Durante o cumprimento do calendário escolar homologado podem ocorrer situações não previstas por ocasião de sua elaboração e, neste caso, a escola, ao realizar





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



as alterações necessárias, deve obter a aprovação do Conselho Municipal de Educação. A escola deve cumprir, ao final do ano letivo, um mínimo de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar com as crianças.

### 6.12 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

Esse documento é o responsável por nortear a maneira como a escola planeja suas ações estratégicas e estabelece metas para conseguir evoluir no processo de ensino e aprendizagem.. Deve ser constituído de:

Deve ser constituído de:

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA;

MISSÃO: os valores, as crenças e os princípios sobre os quais se processa a educação naquele ambiente. É interessante, nesse item, iniciar contando a história da instituição, desde o seu surgimento, que alterações sofreu ao longo do tempo etc;

DADOS SOBRE A APRENDIZAGEM: a média de aprovação de determinada série, por exemplo. Esse tipo de informação, em conjunto com outros dados internos da instituição. O número de alunos que a escola tem (total e por segmento), taxas de reprovação, médias de notas e avaliações: todos esses indicativos, aliados a dados mais amplos (regionais, municipais etc.), colaboram para fortalecer a imagem e a transparência da gestão escolar.

RECURSOS: é fundamental que seja feita uma descrição minuciosa da estrutura física, dos colaboradores e dos recursos tecnológicos de que a escola dispõe. Só assim será possível partir da realidade, com suas faltas e seus problemas, em busca de soluções possíveis.

### 6.13 PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica da escola está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, e tem como uma de suas funções a flexibilização da gestão das escolas, fornecendo certa independência dentro de alguns limites. Por isso, uma instituição é livre para optar pela metodologia que mais combina com a sua proposta, por exemplo, desde que as regras sobre o currículo básico nacional e municipal sejam seguidas e englobadas no processo. Por onde seguir, e como seguir, são as perguntas a serem feitas na hora da elaboração do documento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



É o instrumento balizador para a atuação da instituição de ensino e, por consequência, expressa a prática pedagógica de uma escola dando direção à gestão e às atividades educacionais.

O processo de construção e atualização do PPP é, portanto, a forma objetiva de a Escola dar sentido à sua atuação como instituição de ensino, permitindo o debate em torno de seus pressupostos filosóficos, teórico-metodológicos e a revisão das diretrizes pedagógicas, relacionadas aos seus projetos de ensino. Sua reavaliação deve ser no final do ano letivo onde poderão ser feitas alterações para o próximo ano letivo.

O primeiro passo para uma promoção eficiente de uma proposta pedagógica é promover a inclusão de espaços para a discussão. Essa troca de ideias, por meio de um debate saudável, deve incluir tanto a equipe de funcionários do colégio quanto os pais ou responsáveis dos estudantes (além, é claro, dos próprios alunos).

Um bom caminho para a construção de uma proposta pedagógica é seguir o seguinte roteiro: a) quem somos; b) onde queremos chegar; c) como atingir as metas e objetivos.

### **6.13.1 Planos de Estudos**

Os planos de estudos deverão ser organizados em consonância com o Referencial Municipal do Território de Capão da Canoa - RMCC, pela equipe pedagógica e professores.

O plano de trabalho deverá ser organizado por semestre na educação infantil, anos iniciais, classes de aceleração de estudos para correção de fluxo e EJA e trimestre nos anos finais.

Plano de Trabalho: É o planejamento (o que, como e com o que fazer. Antecipa a ação do professor, organizando o tempo, material de forma adequada), que deve ser inserido no sistema de gestão da secretaria de educação.

### **6.13.2 Práticas Pedagógicas**

Listar instrumentos, projetos...



### 6.13.3 ÁREAS DO CONHECIMENTO

#### 6.13.3.1 Educação Infantil

É a fase da descoberta, aprender a ser e crescer que combina desenvolvimento cognitivo por meio de experiências significativas e uma formação sócio emocional, que estimula a autonomia. Diferentes linguagens (corporal, oral, matemática, musical, do mundo natural, do brincar, entre outras) compõem a base de um ensino que abre um mundo de possibilidades para as crianças.

A BNCC na Educação Infantil tem como eixos norteadores as interações e brincadeiras e estabelece seis direitos de aprendizagem:

conviver (discorrer sobre)  
brincar;  
participar;  
explorar;  
expressar;  
conhecer-se;

Campos de experiência:

1. O eu, o outro e o nós:( objetivos dos campos, discorrer sobre)
2. Corpo, gestos e movimentos:
3. Traços, sons, cores e formas:
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação:
5. Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

#### 6.13.3.2 Ensino Fundamental, EJA, NEJA e Acelerações

A educação básica tem como objetivo propiciar ao aluno a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e expandir o pensamento, a arte e o saber, ajudando-o a se tornar uma pessoa crítica, capaz de conviver com a diversidade cultural. Como forma de viabilizar esse processo de maneira interdisciplinar, os trabalhos do Ensino Fundamental é organizado em quatro Áreas do Conhecimento, fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996.

Áreas de conhecimento

Educação Básica, que abrange os Ensinos Fundamental, tem como objetivo propiciar ao aluno a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e expandir o pensamento, a arte e o saber, ajudando-o a se tornar uma pessoa crítica, capaz de conviver com a diversidade cultural. Essa etapa aprimora o aluno para o exercício da cidadania, atuando com consciência a partir de critérios de ação pautados no diálogo e na justiça. Como forma de viabilizar esse processo de maneira



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



interdisciplinar, os trabalhos dos Ensinos Fundamental são organizados em quatro Áreas do Conhecimento, fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996.

#### Linguagens

Abrange os conhecimentos dos Componentes Curriculares: **Língua Portuguesa e Literatura, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Língua Espanhola**. Ao buscar a realização de seu grande objetivo, o da comunicação com o outro dentro do espaço social, a Área das Linguagens apresenta alternativas que ultrapassam a dimensão técnica de aprender a ler as palavras e imagens para corresponder a um processo amplo de compreensão e interpretação do mundo em que vivemos. Dentre as habilidades e competências desenvolvidas pelos Componentes Curriculares que compõem esta Área, destacamos a capacidade de argumentação consistente, tão importante frente às exigências da formação do cidadão na atualidade, a compreensão da linguagem corporal como integradora social e o reconhecimento das funções da arte como meio de explicar as diferentes culturas.

#### Matemática

Abrange os conhecimentos dos Componentes Curriculares: **Matemática**. Nesta área, destacam-se dois aspectos básicos: um consiste em relacionar observações do mundo real com representações (esquemas, tabelas, figuras); outro consiste em relacionar essas representações com princípios e conceitos matemáticos, além de desenvolver o raciocínio lógico. Nesse processo, a comunicação tem grande importância e deve ser estimulada, possibilitando ao aluno trabalhar com representações gráficas, desenhos, construções e aprender como organizar e tratar dados.

#### Ciências da natureza

Abrange os conhecimentos dos Componentes Curriculares: **Ciências, Biologia, Física, Química, Laboratório de Ciências da Natureza**. Por meio do estudo contextualizado dos conhecimentos científicos, os Componentes Curriculares que compõem esta área encaram o trabalho escolar como um processo que possibilita o conhecimento e a intervenção na realidade, conscientizando o aluno de sua atuação na melhoria do planeta. Também é de competência dessa Área resolver situações-problema para que o aluno possa enfrentar e solucionar, de forma inovadora e autônoma, desafios do dia a dia. A valorização da experiência e da pesquisa, no trabalho diário dos conteúdos desta Área, destaca-se como forma efetiva de aprendizagem e é sintetizada em modalidades de expressar o saber construído.

#### Ciências humanas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Abrange os conhecimentos dos Componentes Curriculares: **História, Geografia e Turismo**. Promove explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza. Os Componentes Curriculares que compõem esta área preocupam-se em desenvolver no aluno o espírito crítico por meio do questionamento e da reflexão, superando a mera transmissão de informações de forma cumulativa e memorizada. Ao conhecer e comparar realidades e culturas diferentes, o aluno percebe a riqueza da diversidade e a importância da convivência responsável e solidária, comprometida com o seu tempo e espaço.

Ensino religioso

**Ensino religioso**, tem natureza e finalidades pedagógicas distintas da confessionalidade. A partir das orientações do Referencial Municipal, é essencial atentar para as aprendizagens dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos. Direito à liberdade de consciência e de crença tanto individuais quanto coletivas de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e prescrito na LDB.

### 6.13.3.3 Organização Curricular

#### Ensino Fundamental Anos Iniciais

Esse período é constituído do 1º ao 5º ano. É a fase que marca a saída da educação infantil. Nessa fase, a criança participa de atividades lúdicas que favorecem o seu desenvolvimento motor, cognitivo, social, entre outros aspectos. É durante os anos iniciais do ensino fundamental que o processo de alfabetização do estudante é iniciado.

#### Ensino Fundamental Anos Finais

Os anos finais do ensino fundamental compreendem do 6º ao 9º ano. Nesse período, o aluno já solidificou o seu processo de alfabetização e passa a ser apresentado a conteúdos mais complexos, relacionados à interpretação e produção textual, matemática, ciências, etc. Esse momento constitui uma base fundamental para o desenvolvimento do estudante no ensino médio.

#### Áreas do conhecimento:

Linguagens: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Inglês.

Matemática: Matemática.

Ciências da Natureza: Ciências.

Ciências Humanas: História, Geografia e Turismo.

Ciências da Religião: Ensino Religioso.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## **7 – Lei 11.645/ 2008 – Ensino da Cultura Indígena e Afro Brasileira**

A partir da Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação - (Art. 13), Plano Nacional de implementação das diretrizes, Plano Estadual de implementação das diretrizes, PARECER Nº 009/02006 e 007 /2013 O parecer nº 07/13 sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, dos Povos Indígenas no sistema Municipal de Ensino".

## **8 - METODOLOGIA DE ENSINO**

A metodologia traz um conjunto de técnicas e ferramentas, como também uma perspectiva sobre o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado, a quem deve ser ensinado, para qual fim e por quem deve ser ensinado. Essa metodologia deve traduzir uma concepção de mundo. Para tanto deverá a equipe pedagógica junto ao corpo docente descrever a metodologia adotada pela escola.

## **9 - AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM**

Diante do processo de aprendizagem, podemos perceber o quanto é importante a avaliação escolar, pois é através dela que se verifica o resultado e se os objetivos do ensino foram alcançados, a partir de diferentes técnicas e instrumentos de avaliação empregados de acordo com a concepção que se tem de "educação" e de "escola".

Para isso, o professor necessita conhecer cada aluno individualmente, como pessoa, como ser em desenvolvimento.

Através do acompanhamento individual o professor poderá orientar cada aluno no desenvolvimento de seu potencial e de acordo com o seu ritmo de aprendizagem, na aceitação de suas limitações.

Este acompanhamento, que deve ser feito no plano intelectual, afetivo, físico e social, deve ser consciente e servir de base para a avaliação que se torna, então, um meio de verificar a situação de cada aluno em relação às metas traçadas, levando em conta os objetivos específicos da etapa do desenvolvimento do educando.

Nesse contexto sugere-se três instrumentos diferentes, no mínimo, onde seja possível uma análise da aprendizagem de forma integral.

\*\*\*Descrever como ocorre o processo de avaliação na escola.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## 9.1 Avaliação na Educação Especial

Considerando que o AEE não realiza avaliação de aprendizagem sinalizando a partir de Pareceres pedagógicos, com observação contextual, do momento na etapa de desenvolvimento do aluno, suas habilidades, as barreiras, definindo assim os suportes necessários, bem como estratégias que contribuam para a evolução da autonomia, aprendizagem e processos educacionais.

“Avaliação é entendida como um processo permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem, para identificar potencialidades e especificidades educacionais dos alunos e as condições da escola para responder a essas necessidades.” (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, nº 17/2001, p.36). Essa avaliação possibilita a identificação dos serviços de apoio pedagógico especializado necessários para atender as especificidades do alunado. O estabelecimento da necessidade de suportes momentâneos ou contínuos. Deve contar com a participação de todos os profissionais envolvidos, incluindo articulação com a família. Para efetivação das ações pedagógicas deve-se prever e prover as prioridades, recursos humanos e materiais necessários à educação na diversidade.

Identificar “avaliação inicial” a partir dos encaminhamentos para definição dos alunos público-alvo da educação especial, no caso de alunos que são identificados pelos professores das classes regulares com características funcionais de deficiência. Podendo seguir o fluxo sugerido pela SME. Avaliação continuada como uma forma de acompanhar os processos de desenvolvimento e aprendizagem no decorrer dos percursos escolares. Pensando na identificação desses aspectos em nível contextual, não centrado com centralidade no aluno.

### 9.1.2 – Classe Regular

Conforme a Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, p. 50 - “e) avaliação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, inclusive para identificação das necessidades educacionais específicas e a eventual indicação dos apoios pedagógicos adequados”

A avaliação deve ocorrer de forma contínua, sempre considerando as potencialidades dos alunos e sua evolução no processo, considerando os objetivos definidos para os alunos. Deve-se considerar prioritariamente a **atribuição de notas** de forma semelhante aos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



demais alunos (a acessibilidade deve ocorrer anteriormente nos recursos disponibilizados, atribuição de objetivos e utilização de formas diversificadas de instrumentos de avaliação), em casos muito específicos atribui-se o parecer pedagógico na classe regular em substituição a nota. Pode-se pensar de forma mais ampla que para o público em geral além do uso da nota o acompanhamento de um parecer pode ser um instrumento qualificador da nota atribuída pelo professor.

### **9.2 - Dos Estudos de Recuperação**

OS estudos de recuperação devem ser organizados a fim de recuperar as aprendizagens, sendo feita pelo(a) professor(a), através de estratégias diferenciadas de forma paralela ao período letivo, sendo realizadas sempre que houver necessidade durante o ano letivo.

Conforme orientações da legislação vigente – Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação - (Alínea “e” do Inciso IV , Art. 24).

Descrever como acontece na escola.

### **9.3 Do Conselho de Classe**

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da Escola e Regimento Escolar.

O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, analisam o desempenho dos alunos e da turma, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades e/ou dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem. O Conselho de Classe é constituído pelo(a) Diretor(a), vice-diretor (a), equipe pedagógica, secretário(a) de escola e docentes.

O Conselho de Classe reunir-se-á em datas previstas no calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

\*\*\* Descrever como funciona o Conselho de Classe na escola.

Momento em que é possível reunir os docentes das diversas turmas ou disciplinas de um mesmo ano com o objetivo de analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas. Quando as discussões são bem conduzidas, elas favorecem aspectos como a análise do currículo, da metodologia adotada e do sistema de avaliação





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



da instituição. Dessa forma, possibilitam aos professores uma interessante experiência formativa, permitindo a reavaliação da prática didática.

Aqui deverá ser descrito como acontece o conselho de classe tanto dos anos iniciais quanto nos finais.

#### **9.4 Repactuação da Aprendizagem (Anos Iniciais e Finais)**

Descrever o projeto da escola de acordo com as orientações do Sistema Municipal de Ensino e mantenedora.

#### **9.5 Estudos Compensatórios de Infrequência**

Os Estudos Compensatórios de Infrequência **terão por objetivo compensar estudos, exercícios ou outras atividades que o estudante não tenha realizado** e deverão ser regulamentados no Regimento Escolar. Parecer CME/CC nº 13/2011 que dispõe sobre a aplicabilidade de Estudos Compensatórios de Infrequência no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Capão da Canoa.

Observar legislação vigente.

#### **9.6 Do Avanço**

O retorno à presencialidade, possibilitou constatar as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento das aprendizagens das turmas e de cada estudante. Com base em relatórios finais, o setor pedagógico da Secretaria de Educação pode ter uma visão geral e considerando as fragilidades e defasagens nos processos de ensino e aprendizagem ocorridas entre os anos de 2020 e 2021, recomenda a suspensão de avanço de alunos pelos próximos dois anos.

No caso de aluno com características com altas habilidades/superdotação, o aluno deverá ser submetido a uma avaliação com educador especial e avaliação escrita aplicada pelo Serviço de Supervisão Escolar ( SSE) até o primeiro trimestre do ano corrente.

#### **9.7 Da Reclassificação**

Aluno oriundo de outra escola sem documentação, por meio de aplicação de atividade avaliativa

#### **9.8 Da Terminalidade Específica**

Conforme disposto na LDB ( art.59), Resolução nº 2/2001 (art.16).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

### **9.9 - Expressão dos resultados**

**Educação Infantil e Anos iniciais** : semestral por meio de parecer descritivo.

**Anos Finais , Classes de aceleração anos finais ( 6º ao 9º)** deverá ser trimestral expresso por nota de cada componente curricular, seguindo a organização do registro e os resultados de acordo com o que está descrito no Regimento da Escola.

**EJA anos iniciais:** semestral por meio de parecer descritivo.

**EJA (6º ao 9º)** - Semestral expresso por nota de cada componente curricular, seguindo a organização do registro e os resultados de acordo com o que está descrito no Regimento da Escola.

**NEJA:** expresso por nota

### **9.10 Da certificação**

A escola emite ao aluno concluinte da etapa concluída - Lei 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação - (Inciso VII, Art. 24)

## **10 - DAS NORMAS DE CONVIVÊNCIA**

As normas de convivência devem ter caráter educativo, reflexivo e dialógico, a fim de tornar o ambiente escolar democrático, organizado e respeitoso, onde todos sejam valorizados e considerados nos seus direitos, a fim de qualificar as ações e relações de todos os segmentos que fazem parte da escola. As normas de convivência estão citadas no Projeto Político Pedagógico da escola.

## **11 - DAS SANÇÕES DISCIPLINARES**

Informar de que forma serão aplicadas as sanções disciplinares na escola. Importante prever várias situações pois este documento que respaldará as ações da escola.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



## **12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

A comunidade escolar deverá acatar e respeitar o disposto no Regimento Escolar, aprovado e registrado em ata na escola, pelo Conselho Escolar, para seu encaminhamento ao órgão competente. Os casos omissos neste Regimento são resolvidos pelo Conselho Escolar, respeitada a legislação vigente e, quando necessário, será encaminhado à Mantenedora para análise junto ao órgão normativo e decidir à luz da legislação vigente.

O presente Regimento pode ser alterado nos prazos determinados pela legislação vigente e entra em vigor no ano letivo seguinte ao de seu protocolo junto ao Conselho Municipal de Educação, o qual tem a atribuição legal de analisar e aprovar o referido regimento mediante Parecer próprio, desde que atendida a legislação

## **13 – REFERÊNCIAS**

## **ANEXOS**